

“É TUDO SER HUMANO”: INVISIBILIZANDO A DIVERSIDADE SEXUAL EM CONTEXTO ESCOLAR

Douglas Paulino Barreiros ¹ e José Roberto da Silva Brêtas ²

Resumo

O presente artigo fundamenta-se em um segmento de uma tese de doutorado defendida em 2021 na Universidade Federal de São Paulo (USP). O período de realização da pesquisa foi precedido pela circulação de suposições de que as escolas estariam trabalhando com a “ideologia de gênero”, algo que colocaria em risco crianças, adolescentes e famílias. Sabendo-se que as representações sociais são roteiros para ação, o trabalho teve por objetivo levantar e analisar as representações sociais de docentes acerca da diversidade sexual em contexto escolar a fim de identificar os meios pelos quais docentes estariam trabalhando, ou não, com a diversidade sexual nas salas de aula. Assim, foram entrevistadas/os trinta docentes de uma escola da periferia de Guarulhos-SP. As entrevistas foram coletadas, transcritas e analisadas à luz da Teoria das Representações Sociais, enquanto método, e da Análise de Conteúdo. Tais procedimentos metodológicos fizeram emergir oito categorias temáticas de análise. Dentre elas destacamos a que foi nomeada de “É tudo ser humano: invisibilizando as diferenças”. Os resultados das análises dessa categoria revelaram que contrariando pânicos morais produzidos por setores conservadores, as/os docentes não abordam questões de gênero e da diversidade sexual em contexto escolar. Antes, invisibilizam as diferenças e negam os diferentes tipos de discriminação e preconceito gerados pelas homotransfobias que circulam no contexto escolar, pois ancoram suas representações acerca da diversidade em fundamentalismos religiosos e moralismos conservadores. Conclui-se que existem grandes desafios para a construção de projetos pedagógicos que objetivem combater expressões discriminatórias.

Palavras-chave: Educação sexual; Diversidade; Gênero; Representações sociais.

“IT'S ALL HUMAN BEINGS”: INVISIBILIZING SEXUAL DIVERSITY IN A SCHOOL CONTEXT

Abstract

This article is based on a segment of the doctoral thesis that was defended in 2021 at the Federal University of São Paulo (USP). The research period was preceded by the circulation of assumptions that schools were working with

¹ Doutor em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Trabalha na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP).

² Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da UNIFESP.



“gender ideology”, something that would put children, adolescents and families at risk. Knowing that social representations are guidelines for action, the objective of this study was to survey and analyze the social representations of teachers about sexual diversity in the school context in order to identify the means by which teachers would be dealing with sexual diversity in classrooms. Thus, thirty teachers from a school on the outskirts of Guarulhos-SP were interviewed. The interviews were collected, transcribed and analyzed through the Theory of Social Representations, as a method, and Content Analysis. Such methodological procedures gave rise to eight thematic categories of analysis. Among them, we highlight the one that was named “It’s all human beings: making differences invisible”. The results of the analysis of this category revealed that contrary to moral panics produced by conservative sectors, teachers do not address issues of gender and sexual diversity in the school context. Rather, they make differences invisible and deny the different types of discrimination and prejudice generated by homotransphobias that circulate in the school context. In fact, they make differences invisible and deny the different types of discrimination and prejudice generated by homotransphobias that circulate in the school context, as they anchor their representations of diversity in religious fundamentalisms and conservative moralisms. It is concluded that there are great challenges for the construction of pedagogical projects that aim to combat discriminatory expressions.

Keywords: Sex education; Diversity; Gender; Social representations.

1. Introdução

Na contemporaneidade, a abordagem da sexualidade permanece como uma temática de considerável complexidade, derivada de preconceitos, tabus e mitos que a circundam. Quando direcionada às pessoas homo/transsexuais e transgênero, essa questão adquire níveis adicionais de complexidade, uma vez que indivíduos que se afastam da heteronormatividade e do binarismo de gênero são frequentemente percebidos como desviantes. Nesse contexto, instituições educacionais, caracterizadas pela propensão ao disciplinamento e à normalização, enfrentam desafios substanciais ao lidar com a diversidade sexual, que tende a ser ignorada, silenciada, desprezada ou, quando abordada, tratada com fundamentos moralistas ou até mesmo fundamentalistas. Em outras instâncias, a perspectiva adotada pode assumir uma abordagem higienista ou de prevenção de gravidez e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

A recorrente dificuldade institucional em abordar a diversidade sexual tornou-se evidente em uma instituição educacional situada na periferia de Guarulhos. A presença de pessoas percebidas como desviantes dentro do ambiente escolar deu origem a situações embaraçosas e, por vezes, conflituosas, manifestando-se tanto entre as/os estudantes quanto entre estas/es e o corpo docente. Em várias instâncias, a estratégia adotada pela comunidade escolar consistiu em evitar abordar a temática durante os períodos de formação docente, nos projetos pedagógicos ou durante reuniões de



alinhamento pedagógico. A manifesta incapacidade de abordar adequadamente as questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero foi evidenciada, por exemplo, quando um grupo de professoras/es organizou um abaixo-assinado solicitando a remoção de um cartaz com temática LGBTQIAPN+, o qual foi elaborado por um conjunto de estudantes lésbicas do Ensino Médio e exibido em uma exposição de arte promovida pela referida instituição de ensino.

Episódios constrangedores envolvendo *bullying*, preconceito e discriminação contra pessoas homo/transsexuais e transgênero também foram observados em outras dezenove escolas guarulhenses acompanhadas por um Coletivo Sindical de Combate às Opressões. Esse agrupamento buscava apurar casos de homofobia e transfobia nas escolas oferecendo apoio às vítimas, além de propostas de formação docente acerca do tema diversidade sexual e de gênero. Contudo, algo intrigante marcou a trajetória de sete anos de acompanhamento dessas escolas pelo Coletivo Sindical. Das vinte escolas acompanhadas, apenas uma abriu espaço para discussão coletiva acerca da diversidade sexual, o que não ocorreu quanto às temáticas racismo e sexismo/machismo. Essa experiência colocou em dúvida discursos políticos conservadores e amplamente difundidos por meio de projetos, como o “Escola sem partido”, e propagandas contrárias à denominada “ideologia de gênero”. Assim, quando o Coletivo se dissolveu ficou o questionamento: sob a perspectiva docente que trabalha com crianças dos anos finais do ensino fundamental e adolescentes do ensino médio, quais razões e desafios dificultam a tratativa com a questão da diversidade sexual e de gênero em contexto escolar?

Diante de tal indagação, e tendo em vista que as representações sociais são o conjunto de imagens, opiniões e conhecimentos que sustentam a ação prática das pessoas e dos grupos sociais (Moscovici, 2015), uma pesquisa de doutorado buscou levantar e analisar as representações sociais de docentes acerca da diversidade sexual em contexto escolar. Desse modo, objetivou compreender o que de fato embasa a recusa do grupo estudado em abordar a temática da diversidade sexual e de gênero na escola. Para isso, foram analisadas, à luz da Teoria das Representações Sociais enquanto método e da Análise de Conteúdo, trinta entrevistas com docentes dos ensinos fundamental e médio.

Os procedimentos metodológicos fizeram emergir oito categorias de análise, dentre elas a que se intitulou “É tudo ser humano: Invisibilizando as diferenças” e que será abordada no presente trabalho. Essa categoria analítica se mostrou importante, pois revelou que contrariamente aos discursos políticos conservadores, a escola não trata as questões da diversidade sexual e de gênero, antes as silencia ou quando enfrentam a questão, o fazem por meio da negação das diferenças ou pelo viés conservador e fundamentalista.

2. Ancoragem teórica

A homotransfobia se caracteriza como condição de vulnerabilidade à vida e bem estar de pessoas cuja sexualidade de algum modo se distancia das

expectativas sociais de reconhecimento das sexualidades legítimas, a saber, heterossexual e cisgênero - expressão empregada para designar pessoa que se identifica integralmente com o gênero que lhe foi conferido no nascimento. Desse modo, a representação social da superioridade heterossexual e cisgênero gera sofrimento, segregação, opressão e silenciamento de sujeitos dissidentes da heteronormatividade - mecanismo biopolítico que estipula a heterossexualidade como padrão sexual legítimo (Borrillo, 2013). Ou seja, a homotransfobia refere-se à discriminação, preconceito e violência direcionados a pessoas com base em sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. O termo abrange tanto a homofobia quanto a transfobia, reconhecendo que as experiências de discriminação podem estar interligadas, especialmente para pessoas que são simultaneamente homossexuais e transgêneras (Santos, 2016).

A homofobia está relacionada à aversão, intolerância ou hostilidade em relação a indivíduos com orientação sexual não heterossexual, como gays, lésbicas e bissexuais. Por outro lado, a transfobia refere-se à discriminação e preconceito contra pessoas transgênero, ou seja, aquelas cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído no nascimento. Assim, quando se fala em homotransfobia, está-se abordando a interseção dessas formas de discriminação, reconhecendo que indivíduos podem enfrentar desafios adicionais quando são alvo de preconceito tanto devido à sua orientação sexual quanto à sua identidade de gênero. Este termo destaca a necessidade de combater e superar as diversas formas de discriminação relacionadas à diversidade sexual e de gênero (Simões; Facchini, 2009).

A homotransfobia social transcende os limites institucionais da escola, manifestando-se internamente por meio de diversos mecanismos discretos, porém persistentes, que refletem o privilégio heteronormativo. No âmbito escolar, elementos como o currículo, as práticas pedagógicas, os espaços físicos, a rotina diária, a linguagem empregada, os materiais didáticos, as atividades recreativas e os métodos de avaliação são intrínseca e "naturalmente" permeados pela diferenciação de gênero e orientação sexual. Em virtude de causarem sofrimento e degradação a diversos indivíduos, todas essas práticas educacionais demandam uma análise crítica e cética, devendo ser reconhecidas como construções sociais e não como manifestações naturais. Destarte, torna-se imperativo direcionar particular atenção à linguagem adotada na esfera escolar, a fim de identificar e problematizar o sexismo, a homofobia, o racismo e o etnocentrismo que ela inadvertidamente reproduz e institucionaliza (Louro, 2014).

Desse modo, a homotransfobia no contexto escolar é uma manifestação nociva que acarreta prejuízos substanciais para a saúde mental e bem-estar das/os estudantes. Essa forma de discriminação, que abrange tanto a homofobia quanto a transfobia, perpetua um ambiente hostil e desfavorável para indivíduos cujas orientações sexuais e identidades de gênero diferem das normas hegemônicas. A presença de mecanismos de privilégio heteronormativo na escola se traduz em marginalização, isolamento social e, frequentemente, em situações de vitimização, conduzindo a um ambiente de aprendizado permeado



por tensões e constrangimentos. O currículo, as interações interpessoais, a linguagem institucional e as práticas pedagógicas, quando marcadas por preconceitos homotransfóbicos, contribuem para a perpetuação de estigmas e estereótipos prejudiciais. Além disso, tais práticas desencadeiam um impacto significativo na autoestima e no desenvolvimento emocional dos estudantes, comprometendo seu desempenho acadêmico e restringindo o pleno exercício de seus direitos. Assim, a homotransfobia no ambiente escolar não apenas contraria os princípios fundamentais de equidade e inclusão, mas também representa um obstáculo substancial ao desenvolvimento integral e saudável das/os educandas/os (Lopes et al., 2018).

Apesar disso, a abordagem das temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero revela-se uma empreitada complexa no contexto escolar. Tal complexidade emerge em virtude de a instituição escolar constituir-se como um componente intrínseco da estrutura social, continuamente gerando e reiterando normas heterocentradas de sexualidade e gênero. A força regulatória dessa construção normativa delimita, difunde e legitima corpos socialmente significativos, estabelecendo como fronteira os corpos identificados como abjetos. Nesse sentido, corpos considerados indesejáveis, repulsivos e abjetos evocam a concepção psicanalítica de uma força de forclusão que fundamenta a constituição do sujeito. Em outras palavras, o espectro fantasmagórico que se impõe como aquilo que é absolutamente proibido ou mesmo remotamente admissível, conforme discutido por Butler (2019), permeia a compreensão das identidades e expressões que desafiam as normativas vigentes no contexto educacional.

Nesse contexto, docentes, enquanto agentes sociais e políticos, participam ativamente das práticas que normatizam e regulamentam as esferas de gênero e sexualidade. A instituição escolar, por sua vez, desempenha um papel significativo na reprodução interna das normas sociais associadas a gênero e sexualidade, favorecendo aquelas consideradas normativas e socialmente aceitas. Além disso, é necessário considerar o impacto das políticas públicas de gestão educacional, historicamente permeadas pelo conservadorismo, as quais sustentam um modelo educativo que, lamentavelmente, contribui para a perpetuação de práticas excludentes. Este alinhamento com paradigmas conservadores não apenas restringe a capacidade da escola de promover ambientes inclusivos, mas também limita a abordagem das diversidades de gênero e sexualidade no ambiente educacional, reforçando, assim, a reprodução de normativas que marginalizam determinados sujeitos (Ferreiro; Silva, 2019).

Nesse sentido, as práticas educacionais e as representações sociais desempenham um papel intrinsecamente interligado na construção e reprodução das normas de gênero e sexualidade no ambiente escolar. A ativa participação dos docentes como agentes sociais e políticos envolvidos na normatização dessas esferas reflete não apenas a execução de políticas institucionais, mas também a internalização e disseminação de representações sociais subjacentes. A instituição escolar, ao funcionar como um microcosmo social, não apenas reflete, mas também molda e reforça as representações sociais em torno de gênero e sexualidade, contribuindo para a perpetuação de estereótipos e

normativas que marginalizam certos grupos. O impacto das políticas educacionais conservadoras ressoa na conformidade dessas representações, limitando a amplitude de abordagens inclusivas e fomentando práticas excludentes. Dessa forma, a interação entre práticas educacionais, representações sociais e políticas institucionais forma uma rede complexa que exerce influência significativa na construção da realidade social no contexto escolar (Souza et al., 2015).

Além disso, observa-se a ascensão da ideologia conservadora promovida por grupos identificados com a Escola Sem Partido, Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) e movimentos "pró-vida". A atuação conjunta desses agrupamentos, aliada à participação de parlamentares, adquiriu significativa influência política, notadamente a partir do pleito presidencial de 2018. Essas entidades impulsionam discursos de ódio mediante a produção de memes, vídeos e notícias falsas, difundindo na sociedade argumentos que sugerem que as instituições de ensino, especialmente as públicas, tornaram-se veículos para a disseminação da "ideologia de gênero". Desse modo, propaga-se a ideia de que educadores doutrinadores, bem como indivíduos identificados como gays, lésbicas, usuários de substâncias psicoativas e comunistas, estariam exercendo influência prejudicial sobre crianças e adolescentes, colocando em risco a integridade das famílias tradicionais (Ferreiro; Silva, 2019).

O termo "ideologia de gênero" surge no cenário sociopolítico na década de 90 como parte de uma estratégia da Igreja Católica para contrapor-se às conquistas políticas alcançadas por setores historicamente marginalizados, notadamente mulheres e indivíduos LGBTQIAPN+. A origem da expressão remonta aos escritos do cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, que, em 1997, elaborou um documento em resposta à Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, promovida pelas Nações Unidas em 1995. Subsequentemente, movimentos identificados como "pró-vida", comunidades evangélicas e agremiações políticas de orientação ultradireitista engajaram-se ativamente na "batalha" contra a suposta "ideologia de gênero", alinhando-se com ideais ultraconservadores. Importante ressaltar que esta concepção representa uma deturpação do conceito de gênero, resultante de um conjunto de estudos sobre a sexualidade humana conduzidos em diversos campos acadêmicos, como literatura, filosofia, sociologia e antropologia, conforme amplamente discutido por Miskolci e Campana (2017).

No contexto contemporâneo, a expressão "ideologia de gênero" transcende sua origem vinculada à tradição religiosa católica, adquirindo uma conotação predominantemente política e ultraconservadora. Observa-se que o termo, inicialmente utilizado para designar a crítica religiosa a determinadas perspectivas sobre identidade de gênero e sexualidade, evoluiu para uma ferramenta conceitual mobilizada por atores políticos ultraconservadores em prol da consecução de um projeto de sociedade e poder ancorado em valores tradicionais. Este fenômeno denota não apenas uma expansão semântica, mas também uma mudança significativa no modo como a "ideologia de gênero" é instrumentalizada, assumindo uma função estratégica no embate político contemporâneo. Assim, a compreensão desse termo não está circunscrita

apenas ao seu caráter originalmente religioso, mas compreendido de modo mais abrangente considerando sua apropriação e ressignificação no contexto político, revelando suas implicações mais amplas na formulação de discursos e políticas ultraconservadoras (Junqueira, 2022).

Nesse contexto, por um lado, é plausível reconhecer a gênese social da normatização de gênero e sexualidades, com uma centralidade na heteronormatividade. Por outro, observa-se a intervenção política dos agrupamentos ultraconservadores em torno da noção de "ideologia de gênero", os quais disseminam um pânico moral associado à ideia de que os educadores, por meio de uma suposta "doutrinação", representam uma ameaça à infância, adolescência e à instituição familiar. Diante dessa dicotomia, emerge a necessidade premente de uma reflexão crítica acerca das práticas docentes, visando a compreensão sobre se tais práticas reproduzem conservadorismo, promovem a disseminação da suposta "ideologia de gênero" ou se, de fato, engendram uma pedagogia emancipatória. Nesse sentido, a análise das Representações Sociais (Moscovici, 2015) dos docentes sobre gênero e sexualidade assume uma importância reconhecida, visto que pode elucidar as bases que as configuram, lançando luz sobre a realidade educacional em relação a essa temática.

3. Metodologia

O presente estudo exploratório/descritivo com abordagem qualitativa (Gil, 2006). Participaram do estudo trinta professoras/es dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio de uma escola pública localizada na região periférica da cidade de Guarulhos/SP. Esse local foi selecionado por fazer parte de um conjunto de vinte escolas acompanhadas por um Coletivo Sindical de Combate às Opressões. Durante os sete anos de acompanhamento, o Coletivo pode vivenciar momentos em que a ação pedagógica revelou-se débil e contraditória quando diante de questões da diversidade sexual e de gênero.

Os participantes do estudo foram selecionados atendendo a critérios de inclusão: professoras/es que lecionam nos anos finais do ensino fundamental e no médio; que lessem e assinassem termo de consentimento livre e esclarecido. A solicitação para participação na pesquisa foi dirigida a mulheres e homens, de acordo com a auto identificação/auto declaração de gênero. Buscou-se convidar pessoas de segmentos diversificados como cristãos (católicos e protestantes), de religião de matriz africana, agnósticos, integrantes de movimento sindical e social, casadas/os e solteiras/os para assegurar a variedade da amostragem.

Os dados foram produzidos em entrevistas orientadas por roteiro semiestruturado (Gil, 2006) com perguntas abertas acerca da percepção da diversidade sexual e de gênero no contexto escolar; do reconhecimento da discriminação e preconceito com relação à diversidade sexual e de gênero; a respeito da intervenção pedagógica em casos de bullying, preconceito e discriminação na escola. As entrevistas foram gravadas nas dependências da escola em horários previamente estabelecidos. Os áudios foram transcritos

integralmente e os participantes identificados pela letra E seguida do número de execução da entrevista.

Utilizou-se da análise temática dos dados (Bardin, 2006). Na pré-análise, a leitura flutuante possibilitou desmembrar as transcrições em quatro gemas gerais; (I) Formação profissional em diversidade sexual e de gênero; (II) Diversidade Sexual e educação; (III) Saberes docentes acerca da diversidade sexual e de gênero; (IV) Escola e diversidade sexual. O tratamento do material partiu do desmembramento dos temas gerais em 72 unidades de registro codificadas em 17 unidades de contexto. As unidades de registro foram enumeradas a partir de sua frequência. Esses procedimentos metodológicos fizeram emergir oito categorias analíticas, dentre elas a denominada “É tudo ser humano: invisibilizando as diferenças”.

Essa categoria de análise, como as outras, foi analisada à luz da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2015). Assim, as unidades de registro codificadas em unidades de contexto indicaram as categorias temáticas que ancoram as representações sendo, portanto, fundamental para a descrição do conteúdo das mensagens e suas inferências.

A ética da pesquisa foi devidamente analisada e aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de São Paulo sob o parecer 4.332.428.

4. Resultados e discussões

A consensualidade entre as/os entrevistadas/os foi notável ao afirmarem categoricamente a existência de discriminação e preconceito dirigidos às pessoas LGBTQIAPN+ no ambiente escolar. A análise das narrativas revelou relatos de experiências de homofobia cotidiana, incidindo não apenas nas interações entre estudantes, mas também na dinâmica de convivência com membros da equipe pedagógica e administrativa. Além disso, foram destacadas situações em que a homofobia se manifestou nas interações com familiares de estudantes, ampliando o escopo da violência para além das relações intraescolares. Diversos/as entrevistados/as compartilharam relatos pessoais de terem sido alvo desse tipo de violência, enquanto outros/as mencionaram conhecer tanto docentes quanto estudantes que também enfrentaram situações similares no contexto escolar. Essas revelações denotam uma preocupante pervasividade de atitudes discriminatórias na escola, evidenciando a necessidade urgente de abordagens pedagógicas e estratégias institucionais que promovam a equidade e a inclusão (Louro, 2017).

Ah, isso é muito comum. As pessoas têm dificuldade para lidar com o diferente, ainda mais no Ensino Médio, onde estão todos tentando se auto afirmar e marcar posição no grupo. Então quando veem um menino gay ou uma menina sapatona discriminam mesmo, fazem piadas, riem e ridicularizam. (E 2)

Claro que sim e não é só com aluno não, viu! Eu mesmo passo por isso direto aqui dentro. Os alunos falam e riem de mim, alguns imitam meu jeito de falar, de andar. Vira e mexe eu ouço alguma voz gritando "viado" pelos corredores da escola. Outro dia mesmo foi um pai que quando me viu perguntou logo pra secretária: "esse cara esquisito aí que é professor do meu filho?". Pra você ver como é. Só sei dizer que a vida da gente não é fácil. (E 5)

Para a maioria das/os participantes entrevistadas/os, a identidade LGBTQIAPN+ é comumente interpretada como uma escolha, percebida como não natural e dissociada de uma orientação sexual legítima. Essa perspectiva é frequentemente fundamentada na percepção de que a expressão de orientações sexuais não heteronormativas, como ser lésbica ou gay, é atualmente percebida como uma tendência da moda, sendo imposta de maneira ofensiva, perigosa e desrespeitosa à sociedade em geral (Butler, 2019). Nesse contexto, destaca-se a recorrência de argumentos que atribuem à mídia, em especial à Rede Globo de televisão, a responsabilidade por uma suposta "inversão de valores", argumentando que a influência exercida por esses meios de comunicação contribuiria para a disseminação dessa percepção. Essas representações sociais moldam a compreensão coletiva sobre as identidades LGBTQIAPN+, refletindo e, por vezes, reforçando concepções que perpetuam estigmatizações e desigualdades no âmbito social e educacional (Borrillo, 2013).

No caso da heterossexualidade é o normal, pelo menos é o que deveria ser, né, mas ainda é o normal. Pelo menos eu acho mais normal, não estou falando contra os outros casos aí que escolher ser gays e lésbicas, não estou falando desse pessoal, não, tá?! Mas é que homem e mulher têm mais jeito de ser da normalidade, até mesmo pela parte física, de genital mais ainda, entende?! Você vê que se encaixa mais certinho, inclusive pra fazer filho, né?! (E 4)

Pra você ver... agora é modinha esse negócio de homem com homem, mulher com mulher, homem que se veste de mulher, uma confusão. Mas tudo isso é por causa da Rede Globo que fica divulgando isso daí e incentivando esse tipo de coisa. A gente sabe que é assim porque a gente acompanha, mas o pior de tudo é que esse tipo de coisa acaba chegando aqui na escola. Um absurdo! (E 24)

Sei lá, pra mim não tem nada demais, o que não está certo é essas pessoas quererem impor esse tipo de coisa pra todo mundo goela a baixo. Eu acho que ficam forçando a gente a ter que tolerar esse tipo de comportamento. Sei lá, acho isso uma total inversão de valores. Na verdade, quem não aceita a gente são eles... Oxi..., se escolheram ser diferentes, que me importa, mas daí me obrigar a ter de aceitar isso é demais.(E 30)

Dentre participantes evangélicos, o nível de desconforto experimentado foi exacerbado, destacando-se ainda maior entre os indivíduos mais idosos. Esse



segmento demográfico expressou sua aversão por meio de formulações como "sou contra", "não acho isso correto", "isso contraria a natureza" e "Deus abomina tal conduta", particularmente no contexto escolar (Junqueira, 2022).

Em relação à articulação do movimento LGBTQIAPN+, identifica-se uma proeminência de representações negativas associadas a esse grupo social. Essas representações ancoram-se nas manifestações públicas, notadamente observadas em protestos e na Parada do Orgulho Gay, que são percebidas como extravagantes e obscenas (Simões; Facchini, 2019). Estas ações são interpretadas como uma imposição coerciva para a aceitação incondicional dessas identidades, sendo este percebido como um custo inaceitável para a sociedade em geral.

Então, eu sou pessoa de Deus, sou cristã e por isso não aceito isso daí de jeito nenhum, principalmente aqui na escola que é lugar de respeito onde convivem muitas pessoas. (E 7)

Eu não concordo com isso de ficar se expondo na rua. Quer coisa mais escandalosa que aquele pessoal lá da Parada Gay que todo ano sai na Paulista vestido de mulher, se agarrando homem com homem, mulher com mulher, uma sem vergonhice. Um atentado a todos os valores que a gente considera importante para uma sociedade. (E 13)

A aceitação e respeito pela homossexualidade são condicionados, na percepção das/os entrevistadas/os, à sua manifestação discreta (Lopes; Oliveira, 2018). Manifestações públicas de afeto entre indivíduos do mesmo sexo e/ou gênero são interpretadas como ofensivas, transgressoras da "moral e dos bons costumes", sendo consideradas uma afronta aos princípios dos "cidadãos de bem". A maioria expressiva das/os entrevistadas/os sustenta a intolerância em relação às pessoas homossexuais que se apresentam de maneira percebida como "afetada" ou "muito efeminada", especialmente no ambiente escolar (Souza; Silva, 2015). Para estes, tais comportamentos são entendidos como perturbadores da inocência infantil e interferentes no desenvolvimento sexual das crianças e dos adolescentes (Junqueira, 2022).

Quanto às pessoas travestis, transexuais e transgênero, a presença delas no ambiente escolar é rejeitada pela ampla maioria das/os participantes da pesquisa. Essas expressões são consideradas toleráveis apenas em ambientes privados e em contextos que não estejam vinculados à educação (Souza; Silva, 2015). As representações acerca das pessoas travestis e transexuais são fundamentadas no essencialismo biológico, concebendo-as como simulações de mulheres, uma vez que não possuem órgãos sexuais reprodutores femininos, como vagina e útero (Butler, 2019).

Sei lá, mas tenho pra mim que devemos respeitar as escolhas de cada um. Eu não tenho nada a ver com o que as pessoas fazem nas quatro paredes, mas ficar se expondo na rua, no público daí não! A não ser que sejam discretos, né!? Depois ficam aí se mostrando, fazendo escândalo e quando são xingados ainda se

sentem ofendidos. E a gente, não se ofende não?! Pior ainda é querer ficar se mostrando na escola. (E 22)

Travestis, no caso, é quem escolhe se transformar, né?! Eu sei que tem uns que é pra fazer espetáculos e tudo mais. Mas eu não sei disso direito, mas na minha concepção é uma opção da mulher que se veste de homem e do homem que se veste de mulher. Não tem nada demais, desde que seja num lugar apropriado, uma casa de show, uma boate, algo assim. Agora aqui na escola as pessoas têm de ter respeito pelas normas de conduta e civilidade. (E 16)

Eu acho até bonito os travestis, esses homens que se vestem de mulher, eu acho bonito mesmo e respeito, só não acho conveniente virem para escola assim, pois pode assustar os outros porque por mais que queiram ser mulher, nunca serão, porque nasceram homem, com tudo de homem, entende?! Mas que nem estou falando pra você, tem de ser respeitado. (E 28)

Determinados docentes do sexo masculino, de etnia branca e heterossexuais, enfatizaram a redução da homofobia no ambiente escolar, sugerindo que, em muitas situações, indivíduos LGBTQIAPN+ tendem a interpretar mal brincadeiras comuns e inofensivas, atribuindo-lhes um caráter exagerado. Este posicionamento reflete uma representação social docente que, notadamente, invisibiliza a diversidade sexual e de gênero. O argumento sustentado por esses educadores do sexo masculino, brancos e heterossexuais não apenas minimiza a prevalência da homofobia na escola, mas também lança mão de estereótipos ao sugerir que as experiências de pessoas LGBTQIAPN+ são frequentemente exageradas. Essa visão é, em última instância, enraizada em uma perspectiva que desconsidera as nuances das dinâmicas interativas e cotidianas vivenciadas por indivíduos que não se enquadram nas normas hegemônicas de sexualidade e gênero (Lopes; Oliveira, 2018).

O fenômeno da invisibilização da diversidade sexual, portanto, emerge como um componente significativo dessa representação docente, contribuindo para a perpetuação de ambientes escolares onde as experiências de grupos historicamente marginalizados permanecem marginalizadas e desconsideradas (Louro, 2014). Essa abordagem, por sua vez, demanda uma análise mais profunda das representações sociais dos docentes, visando compreender as implicações mais amplas dessas perspectivas na construção de ambientes educacionais inclusivos e respeitosos da diversidade (Moscovici, 2015). Argumentaram, ademais, que pessoas LGBTQIAPN+ instrumentalizam sua condição diferenciada para buscar vantagens junto ao Estado. Paralelamente, destacaram uma suposta inversão de valores nos últimos anos, alegando que pessoas heterossexuais e cisgênero estariam enfrentando situações de opressão.

Este conjunto de perspectivas expressa a complexidade de representações e narrativas subjacentes à percepção docente acerca das dinâmicas relacionadas à diversidade sexual e de gênero no contexto educacional (Souza; Silva, 2015).



Ah, esse negócio de homofobia aí é tudo balela. Não tem isso na escola não, o que tem é um monte de gente chata e mal humorada que não gosta de brincadeira e leva tudo muito a sério. Sim, porque agora tá tudo assim, não se pode falar nada que é preconceito, machismo, homofobia, racismo e essas besteiras aí! (E 29)

Não é porque você é preto, pobre, gay e sei lá mais o quê, que tem que ter tratamento diferenciado. Todo mundo merece respeito igual. Esse pessoal aí que fica se vitimizando quer mesmo é ter privilégio, cota racial e até cota pra travesti eu ouvi falar. Agora eles tem até dia especial, já a gente não não o dia do orgulho hétero, o dia do homem, nem dia da consciência branca. Então... sso sim é discriminação! (E18)

Quando indagadas/os sobre a abordagem adotada em relação a essa temática, docentes heterossexuais manifestaram a percepção de que as pessoas LGBTQIAPN+ frequentemente se vitimizam excessivamente, empregando a expressão "mi-mi-mi" para caracterizar essa atitude. Em contrapartida, aquelas/es que reconheceram vivenciar situações de constrangimento e humilhação homofóbica relataram uma postura de tolerância para com "os diferentes" (Butler, 2017), optando por relevar tais ocorrências a fim de preservar seus empregos e evitar conflitos mais intensos. Esta atitude é motivada pela percepção de falta de respaldo moral e jurídico para pleitear um tratamento diferenciado e respeitoso, destacando a necessidade de uma análise mais aprofundada das dinâmicas presentes na interação entre docentes e a diversidade sexual e de gênero no contexto educacional.

O mundo está ficando é muito chato, isso sim. Não pode falar nada que vem esse povo aí falar que é homofobia, que é isso que é aquilo. Muito "mi-mi-mi", não tenho paciência pra isso não. Um tal de vitimismo, de chororô que não tem tamanho. Tá chato isso daí, viu! (E 17)

Eu já me acostumei, sabe!? Eu tentei falar alguma vez, mas foi ainda mais ridicularizado, então agora deixo pra lá. Às vezes finjo que não escuto, outras vezes olho e fico quieto porque preciso desse emprego e não é fácil encontrar trabalho hoje em dia. E além do mais, quem é que vai defender a gente aqui na escola? A maioria tem preconceito e zomba da gente. Então, assim.... eu fico na minha, faço meu serviço e como diz o outro... vou chorar na cama, que é lugar quente [risos]. (E 3)

Uma minoria das/os entrevistadas/os demonstrou interesse em empreender intervenções pedagógicas contra a homotransfobia no ambiente escolar. Contudo, elas/es indicaram a não implementação de tais intervenções devido ao receio de possíveis represálias por parte de familiares, gestores e autoridades governamentais. Frequentemente, fundamentam suas representações na crença de que a abordagem sobre gêneros e sexualidades estaria legalmente vedada no contexto nacional (Junqueira, 2022).

Então, eu acho muito errado o que fazem com os gays dentro da escola. Eu acho um absurdo seja entre os alunos, seja entre professores, enfim... isso não pode acontecer, pois prejudica muito o bem estar do coletivo, mas infelizmente eu não tenho coragem de falar abertamente sobre essas questões porque tenho medo de como isso pode chegar nas famílias e na gestão. Ainda mais agora com essa história de proibir a gente de falar sobre gênero e sexualidade na escola. Eu tenho muito medo, mas fazer o que, né?!
(E 27)

A ampla maioria das/os participantes desta pesquisa rejeitou a pertinência de discutir a temática da diversidade sexual e de gênero no contexto escolar, fundamentando tal posicionamento em representações sociais que advogam pela igualdade intrínseca entre todos os indivíduos. Essas/es docentes mobilizam o argumento de que abordar questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero é, de fato, propulsor de diferenciações e privilégios, uma vez que supostamente reduziria as pessoas LGBTQIAPN+ à condição de vítimas. Nesse contexto, a discussão dessas temáticas na escola seria interpretada como uma evidência destacada de um grupo que, segundo essa perspectiva, optou por desviar-se da normatividade heterossexual (Ferreiro; Silva, 2019).

Eu não sou professora de gay, de lésbica, de negro. Sou professora de inglês. Dentro da sala de aula eu não tenho gay, lésbica, negro, nada disso. Eu tenho aluno, ponto. Enquanto aluno, são todos iguais, são todos seres humanos igualmente merecedores de consideração e respeito. Repito e reafirmo; é tudo ser humano! Pon-to! (E 21)

Essa fala revela uma ancoragem da representação social (Moscovici, 2014) de docentes acerca da diversidade sexual em contexto escolar centrada na noção de neutralidade e igualdade. A docente ressalta a sua identidade profissional, afirmando ser professora de inglês e, ao fazer isso, busca enfatizar uma abordagem imparcial no tratamento de suas/seus alunas/alunos. A ancoragem está fundamentada na ideia de que, dentro da sala de aula, as categorias identitárias, como orientação sexual (gay, lésbica) e raça (negro), não devem ser consideradas ou destacadas. Em vez disso, a ênfase recai na condição universal de "aluno", na qual todos seriam percebidos como iguais e merecedores de consideração e respeito (Ferreiro; Silva, 2019).

A docente enfatiza a expressão "são todos seres humanos igualmente merecedores de consideração e respeito" para reforçar a sua perspectiva de que a identidade individual das/os alunas/os não deve influenciar a abordagem pedagógica. A repetição enfática da palavra "aluno" e a ênfase na igualdade reforçam a ideia de que, na sala de aula, as diferenças individuais são subsumidas sob uma identidade comum, marcada pela neutralidade e imparcialidade (Lopes; Oliveira, 2018). Essa ancoragem sugere que a docente concebe a diversidade sexual e racial como aspectos secundários, subjugados à identidade geral de "aluno". No entanto, é importante reconhecer que essa abordagem pode inadvertidamente contribuir para a invisibilização das

experiências e identidades específicas dos alunos, deixando de reconhecer e abordar as questões relacionadas à diversidade de forma mais explícita e inclusiva (Simões; Facchini, 2009).

As análises evidenciaram que quando ocorre a abordagem docente em relação às questões da diversidade sexual, em determinados momentos, ela acontece permeada por um viés higienista e centrado na saúde sexual, notadamente na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e gravidez. Tal abordagem, embora abranja aspectos cruciais da educação sexual, pode, em alguns casos, negligenciar a complexidade intrínseca à diversidade sexual, relegando a discussão a uma perspectiva puramente biomédica. Ao se concentrar predominantemente em tópicos relacionados à prevenção de riscos físicos, a dimensão psicossocial da diversidade sexual pode ser subestimada, limitando a compreensão das/os estudantes a respeito das nuances culturais, identitárias e sociais inerentes a essa temática. Desse modo, uma abordagem mais abrangente e contextualizada se faz necessária, promovendo uma educação sexual inclusiva e respeitosa, que reconheça e contemple a diversidade de experiências e identidades sexuais.

5. Considerações finais

O estudo sinalizou que a inserção de indivíduos LGBTQIAPN+ no ambiente escolar pode, em algumas instâncias, ser submetida a uma dinâmica social que os posiciona como corpos abjetos. A questão do corpo abjeto, desenvolvida por Judith Butler (2017), oferece uma lente conceitual para compreender essa marginalização, onde corpos e identidades sexuais não conformes são relegados a uma condição de repulsa social. Nesse contexto, as experiências de pessoas LGBTQIAPN+ na escola podem ser influenciadas por processos de exclusão, estigmatização e discriminação, o que contribui para a produção de corpos que são percebidos como desviantes em relação às normas sociais e culturais vigentes. Essa dinâmica complexa destaca a importância de investigações aprofundadas nas representações sociais e práticas discursivas que contribuem para a categorização de corpos LGBTQIAPN+ como abjetos no contexto educacional, visando promover ambientes mais inclusivos e respeitosos.

À medida que as entrevistas foram conduzidas, emergiu de forma incontestável a complexidade subjacente à comunicação com indivíduos que expressam perspectivas tão divergentes das nossas, a ponto de suscitar desconforto e hostilidade. Este desafio foi particularmente acentuado em um contexto político marcado pela polarização, extremismos, fundamentalismos e negacionismos. Contudo, sustentamos a convicção de que a promoção da conquista de direitos pode se efetivar mediante a desmistificação de preconceitos e estigmas. Assim sendo, depositamos a esperança de que esta pesquisa possa contribuir substancialmente para este propósito, identificando barreiras a serem superadas e delineando possíveis avanços.

A constatação de que a homotransfobia permeia as relações sociais e pedagógicas, resultando em dor, sofrimento e segregação, permanece distante

da percepção docente. Essa falta de consciência impede a busca por propostas pedagógicas que possam modificar essa realidade, mantendo-a à margem do horizonte educacional. Paralelamente, a ampla aceitação de que a homotransfobia causa sofrimento diário às/aos estudantes, sugere um reconhecimento incipiente de que as aflições sociais persistem e necessitam ser erradicadas.

Entretanto, o maior obstáculo identificado nesta temática está relacionado à concepção que preconiza a igualdade universal, negligenciando as opressões que demandam combate. Sob essa perspectiva, onde todos são tratados de maneira uniforme, as diferenças são desconsideradas, e conseqüentemente, as necessidades que emanam delas são ignoradas, comprometendo a proposição de estratégias educacionais equitativas.

Ao explorar as representações sociais de docentes acerca da diversidade sexual em contexto escolar, o presente estudo se concretizou como uma contribuição significativa para o entendimento das dinâmicas subjacentes que permeiam essa temática no âmbito educacional. Os resultados revelaram que, de maneira geral, as/os docentes abstêm-se de abordar abertamente a diversidade sexual na escola, refletindo um silêncio institucional que tem implicações marcantes nas percepções e práticas educacionais. As representações sociais identificadas revelaram a presença de estereótipos, fundamentos essencialistas e perspectivas fundamentalistas que, coletivamente, contribuem para a reprodução de ambientes escolares pouco inclusivos e marcados por marginalizações.

Diante desse cenário, o estudo apresenta uma relevância ao evidenciar a necessidade premente de abordagens pedagógicas mais inclusivas e informadas sobre a diversidade sexual. Para isso, faz-se imprescindível a inclusão dessa temática nas formações iniciais e continuadas das/dos professoras/es. Além disso, as representações identificadas neste estudo fornecem um ponto de partida crucial para futuras pesquisas, sugerindo a urgência de investigações mais aprofundadas sobre as origens e conseqüências dessas representações, bem como estratégias eficazes para promover uma cultura escolar que respeite e celebre a diversidade sexual. Em última análise, o estudo não apenas ilumina as complexidades subjacentes às representações sociais de docentes, mas também delinea uma agenda de pesquisa que visa transformar atitudes e práticas educacionais em direção a ambientes mais inclusivos e respeitosos da diversidade sexual.

Por fim, a pesquisa evidenciou que, em contraste com as alegações de militantes de grupos ultraconservadores e fundamentalistas, a escola está longe de engajar-se em projetos pedagógicos politicamente comprometidos com a diversidade sexual e de gênero. Contrariamente às narrativas de uma suposta doutrinação "gayzista" e imposição da "ideologia de gênero", a realidade cotidiana da escola revelou que o grupo investigado orienta suas práticas com base em representações sociais ancoradas em pressupostos morais conservadores, reacionários e fundamentalistas. Essa constatação desmistifica falácias e acusações infundadas, reforçando a necessidade imperativa de

compreender as representações sociais dos docentes como uma âncora para o silenciamento do tema na escola.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORRILLO, Daniel. Definições e questões terminológicas. In: _____. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BUTLER, Judith. Introdução. In: BUTLER, Judith. **Corpos que importam: Os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: N1 Edições, 2019.

FERREIRO, Raimundo Renato Balieiro; SILVA, Solange Pereira da. O conservadorismo na Educação Pública Brasileira. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019, São Luís. **Anais** [...] São Luís, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da "ideologia de gênero": um projeto reacionário de poder**. Brasília: Letras Livres, 2022.

LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. **Os gêneros da escola: e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo**. Recife: Editora UFPE, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. A construção escolar das diferenças. In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano, Ideologia de Gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 32, n. 03, p. 725-747, set./dez., 2017.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SANTOS, Marco Gimenes dos. A homotransfobia e sua relação com o serviço social: relato de experiência. **Revista Práxis**. Novo Hamburgo, v.2, n.13, p. 160-177, jul./dez., 2016.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Paradoxos da Identidade. In: SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.



SOUZA, Elaine de Jesus; SILVA, Jailson Pereira da; SANTOS, Claudiene. Homofobia na escola: as Representações de educadores/as. **Temas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v.13, n.3, p. 635-647, jan./jul., 2015.

Recebido em: 03 de setembro de 2023.

Aceito em: 15 de setembro de 2023.

Publicado em: 03 de janeiro de 2024.

